



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**Fundo Nacional sobre Mudança do Clima**

**RELATÓRIO 2012**

**Brasília, dezembro de 2012**

## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra

Francisco Gaetani – Secretário Executivo

### **SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL**

Carlos Augusto Klink – Secretário

Fernando Antonio Lyrio Silva – Chefe de Gabinete

### **DEPARTAMENTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Karen Regina Suassuna – Diretora (até novembro 2012)

## **MISSÃO**

O Fundo Clima é um instrumento de financiamento da Política Nacional de Mudanças Climáticas que viabiliza ações inovadoras e transformadoras de organizações empreendedoras públicas e privadas em adaptação e mitigação.

## **VISÃO**

Ser reconhecido pelo governo e pela sociedade como instrumento eficiente de contribuição ao enfrentamento dos desafios/efeitos das mudanças do clima.

# **ÍNDICE**

## **APRESENTAÇÃO**

### **1. ANTECEDENTES**

### **2. ESTRUTURA ATUAL E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

#### **2.1. Organização Administrativa e Institucional**

#### **2.2. Orçamento**

#### **2.3. Diretrizes e Prioridades**

### **3. APOIO A PROJETOS**

#### **3.1. Recursos Não-Reembolsáveis Aplicados em 2012**

#### **3.2. Projetos Existentes**

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **5. EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

## SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DEMC – Departamento de Mudanças Climáticas

EPPGG – Especialista em Política Públicas e Gestão Governamental

FBMC – Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

FNMC – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LOA – Lei Orçamentária Anual

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MCT – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PAAR – 2012 – Plano Anual de Aplicação de Recursos 2012

PPA – Plano Plurianual

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal

SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

TCU – Tribunal de Contas da União

## APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas – Fundo Clima, durante o ano de 2012.

O ano de 2012 é o segundo ano de atividades operacionais do Fundo Clima. Após a superação dos desafios de colocar o Fundo em marcha, em 2011, o corrente ano enfrentou o desafio de iniciar a execução dos projetos selecionados previamente. Assim, no primeiro semestre, ocorreu o planejamento para a implantação dos projetos, bem como a transferência dos recursos financeiros para as instituições parceiras, e, no segundo semestre, foram desenvolvidas atividades de recepção e avaliação de novos projetos relativos ao orçamento 2012.

Paralelamente, foram desenvolvidas atividades de planejamento organizacional do Fundo com a elaboração de um relatório de atualização permanente. Para tanto, foram esboçados os diagnósticos, com as respectivas avaliações da situação atual e dos desafios a serem enfrentados, os cenários futuros e esperados, a missão e a visão do Fundo, bem como as avaliações sobre o projetos estratégicos e projetos prioritários.

Este relatório não substitui outros tipos de prestação de contas, seja para órgãos governamentais, seja para o próprio Comitê Gestor do Fundo Clima. Ele consolida as atividades do Fundo em 2012 para fins de divulgação e reunião de insumos destinados à reflexão.

## 1. ANTECEDENTES

- **Lei 9.478/1997**, de 06 de agosto de 1997, dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. O § 2º, inciso II, deste mesmo artigo, dispõe que 10% (dez por cento) dos recursos dessa participação especial “sejam destinados ao Ministério do Meio Ambiente – MMA para o desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo”.
- **Relatório de Auditoria** do Tribunal de Contas da União (TC-004.151/2004-6).
- **Acórdão TCU 1665/2005**, determina que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG adote “as providências a seu alcance, necessárias para promover o efetivo cumprimento do disposto no art. 50, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.478/1997”; e que o MMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama apliquem “os recursos decorrentes da participação especial prevista no art. 50, § 2º, inciso II, da Lei 9.478/1997, exclusivamente em programas e projetos referentes à preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pela atividade da indústria do petróleo”.
- **Lei nº 12.114**, de 9 de dezembro de 2009, que altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478 e cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima, com o objetivo de assegurar recursos para apoio a projetos e estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.
- **Lei nº 12.187**, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e considera o Fundo Clima como um dos seus instrumentos (art. 6º).

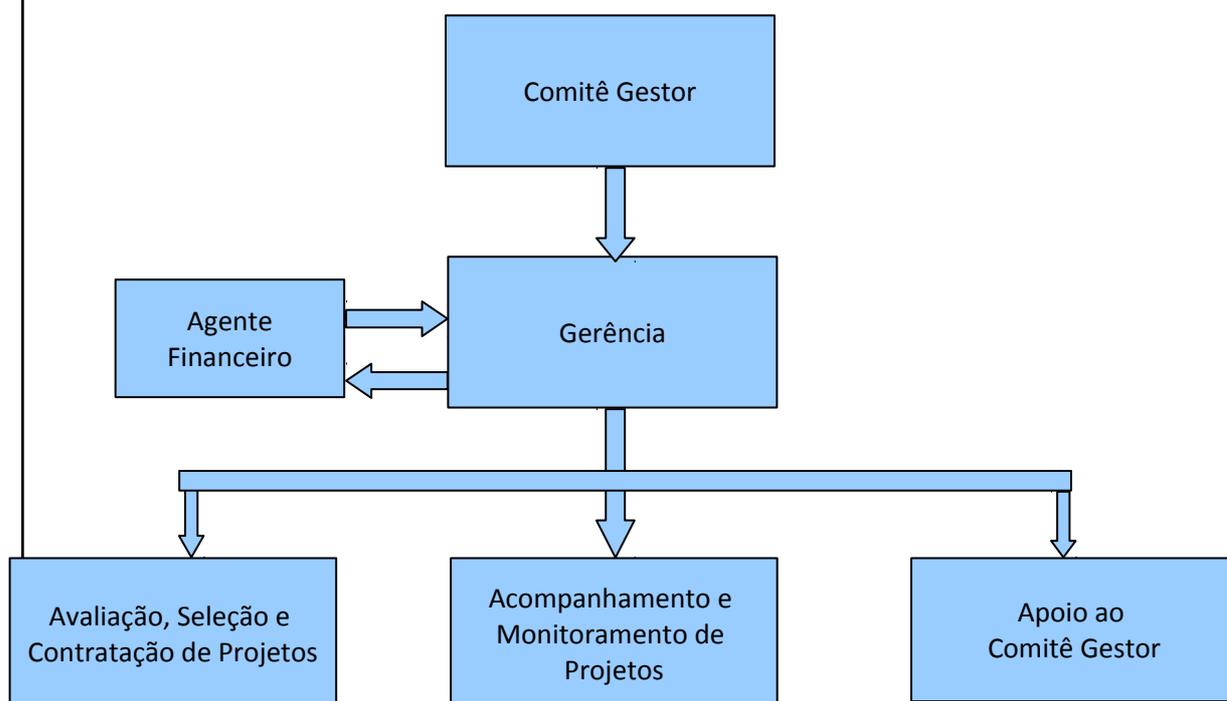
- **Decreto nº 7.343**, de 26 de outubro de 2010, que regulamenta o Fundo Clima
- **Decreto nº 7.390**, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- **Lei nº 12.734**, de 30 de novembro de 2012, modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos **royalties** e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha

## 2. ESTRUTURA ATUAL E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 2.1. Organização Administrativa e Institucional

O Fundo Clima é constituído por um Comitê Gestor, uma Gerência com papel de secretaria executiva e um Agente Financeiro.

A organização atual encontra-se esboçada na figura a seguir:



#### 2.1.1. Comitê Gestor

O **Comitê Gestor**, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, é vinculado ao MMA, que o coordena, tendo as atribuições de aprovar a proposta orçamentária e o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR, estabelecer diretrizes bienais e prioridades na aplicação de recursos, aprovar projetos e relatórios anuais de atividades e desempenho do agente financeiro e da coordenação do Fundo.

Durante o ano de 2012, foram realizadas 04 (quatro) reuniões ordinárias do Comitê Gestor, conforme a Portaria nº 101, de 26 de março de 2012

O Quadro a seguir resume as reuniões do Comitê Gestor realizadas em 2012.

### REUNIÕES DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA - 2012

| REUNIÕES ORDINÁRIAS |            |  |
|---------------------|------------|--|
| REUNIÕES            | DATA       | PAUTA  |
| 5ª Reunião          | 29/02/2012 | Apresentação das Contas 2011                                   |
|                     |            | Diretrizes e Prioridades para 2012                             |
|                     |            | Proposta e discussão PAAR 2012                                 |
| 6ª Reunião          | 15/05/2012 | Desenvolvimento de novas linhas de ação e propostas de ajustes |
|                     |            | Formação de Grupos de Trabalho                                 |
| 7ª Reunião          | 29/08/2012 | Situação atual dos projetos                                    |
|                     |            | Situação dos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos Técnicos     |
| 8ª Reunião          | 26/11/2012 | Resultados do GT Reembolsável                                  |
|                     |            | Remanejamento de recursos                                      |
|                     |            | Calendário 2013  |

#### 2.1.2. Gerência Fundo Clima

A **Secretaria Executiva** do Fundo Clima é uma gerência vinculada ao Departamento de Mudanças Climáticas – DEMC da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ, com a atribuição de exercer a função de apoio administrativo e operacional para proceder à instrução, celebração e demais procedimentos que tenham por objeto a execução de projetos apoiados pelo Fundo.

A Gerência do Fundo Clima está organizada para atender três temas prioritários, a saber: a viabilização da contratação de projetos, o acompanhamento necessário da execução dos projetos e o respectivo monitoramento de resultados e o apoio às atividades do Comitê Gestor.

A equipe da Coordenação do Fundo Clima teve, durante o ano de 2012, 11 (onze) membros, porém, 02 (dois) saíram entre outubro e novembro, chegando ao final do ano com 09 (nove) funcionários. Dentre estes, 06 (seis) são servidores com vínculo com o MMA (5 estáveis e 1 temporário), 2 (dois) são servidores de carreira do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e 1 (um) é terceirizado. (Ver Quadro a Seguir).

**COORDENAÇÃO FUNDO CLIMA  
FUNÇÕES, CARGOS E ATIVIDADES – Dez 2012**

| <b>FUNÇÃO</b>            | <b>QTIDADE</b> | <b>CARGO</b>          | <b>ATIVIDADE</b>  | <b>SITUAÇÃO</b>           |
|--------------------------|----------------|-----------------------|---|---------------------------|
| Gerência                 | 1              | 101.4                 | Coordenação Geral   | Servidor estável - MPOG   |
| Serviços técnicos        | 1              | EPPGG                 | Avaliação e Monitoramento de projetos, formulação de insumos técnicos e relatórios anuais             | Servidor estável - MPOG   |
| Serviços administrativos | 1              | Agente de Portaria    | Execução e acompanhamento de convênios e descentralizações  | Servidor Estável - MMA    |
| Secretariado             | 1              | Secretária            | Atendimento, elaboração de correspondência, agenda  | Terceirizado              |
| Apoio Administrativo     | 1              | Agente Administrativo | Controle e tramitação de documentos, emissão de passagens,  | Servidor Estável - MMA    |
| Serviços técnicos        | 1              | Técnico Especializado | Apoio ao Comitê Gestor  | Servidor Temporário - MMA |
| Serviços técnicos        | 3              | Analista ambiental    | Planejamento organizacional, fiscalização e acompanhamento de projetos, insumos técnicos e relatórios | Servidor Estável - MMA    |

Tais servidores executaram, no corrente ano, as atividades rotineiras prioritárias de organização dos processos administrativos, acompanhamento e avaliação dos projetos, atividades de planejamento do desenvolvimento organizacional e suporte ao Comitê Gestor. Como no ano anterior, a Coordenação lançou mão com frequência de apoio externo eventual de outras unidades da SMCQ ou de outras Secretarias do MMA, para atividades técnicas de avaliação e análise de projetos.

### 2.1.3. Agente Financeiro

O **Agente Financeiro** do Fundo é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme expresso na sua Lei de criação. Durante o corrente ano, a Gerência do Fundo executou, junto ao BNDES, as seguintes atividades principais:

- discussão e proposição de insumos ao BNDES para subsidiar a manutenção do Programa interno denominado "Fundo Clima" ;
- elaboração, discussão e proposição de insumos para elaborar o primeiro termo aditivo ao Contrato para transferência de recursos;
- Planejamento e execução de reuniões de divulgação do Fundo Clima junto a grupos interessados ou clientes potenciais tais como outros bancos de fomento e de desenvolvimento, associação de produtores e empresários, governos municipais e estaduais;
- Apoio técnico e operacional para o desenvolvimento de novas linhas de ação para recursos reembolsáveis por meio do Grupo Técnico para recursos reembolsáveis criado pelo Comitê Gestor do Fundo;
- Apoio institucional para a elaboração e encaminhamento de propostas de criação de novas linhas de ação para recursos reembolsáveis ao Conselho Monetário Nacional.

### 2.1.4. Resumo das Atividades Desenvolvidas

O Quadro a seguir resume as principais atividades distribuídas mensalmente durante o ano de 2011 e executadas pela Gerência do Fundo para organizar os trabalhos e constituir uma secretaria executiva para o Comitê Gestor do Fundo.

**FUNDO CLIMA**  
**Linha do Tempo – Atividades 2012**

| FEVEREIRO  | MARÇO   | MAIO  |
|--|---|---|
| Oficina de Planejamento do Departamento de Mudanças Climáticas<br>Elaboração do PAAR<br>Reunião do Comitê Gestor | Oficina de Planejamento do Fundo Clima<br>Ajustes do PAAR   | Reunião do Comitê Gestor<br>Oficina de Planejamento<br>Início da liberação de recursos a projetos |
| JULHO  | AGOSTO  | SETEMBRO  |
| Reunião GT Reembolsável Aditivos “ <i>de ofício</i> ”<br>Elaboração de Termos de cooperação                      | Reunião do Comitê Gestor<br>Oficina de Planejamento<br>Reunião GT Reembolsável<br>Encontro de Fiscais | Reunião GT Reembolsável<br>Elaboração de convênios<br>Início de visitas técnicas                  |
| OUTUBRO  | NOVEMBRO  | DEZEMBRO  |
| Relatório de Andamento dos projetos<br>Reunião GT Reembolsável<br>Reunião GT Não Reembolsável                    | Reunião do Comitê Gestor  | Oficina de Planejamento<br>Assinatura de Aditivo ao Contrato BNDES                                |

Dentre as atividades desenvolvidas, a Gerência do Fundo Clima realizou, em 15 a 17 de agosto de 2012, na cidade de Recife-PE, um encontro de Fiscais de Projetos e Responsáveis Técnicos e Financeiros. O Encontro, com caráter de uma oficina de trabalho, teve como objetivo o conhecimento dos envolvidos para troca de informações e experiências, o nivelamento de informações e procedimentos para o efetivo acompanhamento dos projetos, bem como uma capacitação sobre prestação de contas realizada pelo Assessor de Controle Interno do MMA. Participaram a equipe de coordenação do Fundo Clima, os executores de projetos, os fiscais dos projetos, e representantes das áreas de controle interno e consultoria jurídica. Na oportunidade, os projetos foram apresentados pelos seus respectivos responsáveis técnicos, com posterior orientação sobre procedimentos na execução e na prestação de contas, além de uma pactuação sobre as formas de acompanhamento tais como visitas técnicas, elaboração de relatórios de andamento e de relatórios dos fiscais.

Como resultado do Encontro, foram discutidos e iniciados um sumário de projetos a serem disponibilizados na internet, um esboço compilado de perguntas e respostas sobre dúvidas mais frequentes para execução e prestação de contas dos projetos, um modelo de relatório de fiscais e o agendamento da primeira visita técnica dos fiscais aos locais dos projetos.

A Gerência do Fundo também apoiou com insumos técnicos e institucionais a participação do MMA na discussão sobre os Projetos de Lei relativos às alterações na Lei do Petróleo, que impactavam os recursos destinados ao Fundo.

Esta Unidade realizou manifestações sobre o PL 2565/2011 e sobre o substitutivo apresentado na Câmara dos Deputados, derrotado por votação em plenário, concluindo que, quanto ao aspecto financeiro, ocorria um comprometimento do apoio a projetos pelo Fundo Clima, tanto com recursos reembolsáveis, quanto com recursos não reembolsáveis. O PL tratava do pagamento e distribuição de royalties e do pagamento e distribuição da participação especial, que representam expressivas fontes de recursos para implementação de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, sua redação modificava as condições em que a Política Nacional sobre Mudança do Clima atua, notadamente o seu braço financeiro de apoio a projetos, o Fundo Clima. O principal impacto tinha origem na nova redação do inciso II do parágrafo 2º do Art. 50 da Lei nº 9.478/1997, que trata da distribuição dos recursos da participação especial. A redação original foi dada pela Lei nº 12.114/2009, que destinou até 60% dos recursos que cabem ao MMA e ao Fundo Clima, conforme Inciso I do art. 3º desta Lei. Pela nova redação, o MMA e o Fundo Clima ficavam sem destinação de recursos da Participação Especial consignados em Lei para seu provimento, comprometendo-se o andamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima e suas correlatas, bem como diversas ações de política ambiental. Concluiu que a possível interrupção desses projetos acarretará um impacto significativo para a Política de Combate à Desertificação, atualmente a maior beneficiária de recursos do Fundo Clima, vez que prejudica as diretrizes estratégicas da convivência adaptativa e da inclusão social, bem como para a Política de Resíduos Sólidos, a Política de Educação Ambiental e ações de proteção a biodiversidade, agroextrativismo e cadeias produtivas baseadas na sociobiodiversidade.

## **2.2. Orçamento**

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, os recursos totais apresentados no início do ano para 2012 foram de R\$ 393.727.000,00 trezentos e noventa e três milhões, setecentos e vinte e sete mil reais), distribuídos da seguinte forma:

- a) R\$360.000,000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) em recursos reembolsáveis, para financiamento a projetos, e R\$4.021.000,00 (quatro milhões e vinte e hum mil reais) a serem transferidos ao agente operador do Fundo Clima, como custos administrativos relacionados à gestão.
- b) R\$29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil reais) em recursos não reembolsáveis.
- c) R\$606.000,00 (seiscentos e seis mil reais) para gestão e administração do Programa, a serem administrados pelo Fundo para desempenho de suas atividades.

## **2.3. Diretrizes e Prioridades**

As diretrizes e prioridades do biênio 2011 e 2012 foram definidas na 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor, realizada em 9 de fevereiro de 2011, nos termos do art.13 do Decreto nº 7.343/2010.

As prioridades então definidas permaneceram as mesmas para o presente ano, a saber:

- Quanto à mitigação, aquelas ações relacionadas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos planos setoriais, com recursos preferencialmente reembolsáveis, a saber, combate ao desmatamento dos biomas brasileiros, geração e distribuição de energia elétrica, agropecuária, produção de carvão

vegetal e melhoria dos processos na siderurgia, transporte público urbano e sistemas modais de transportes interestadual de carga e passageiros, indústria de transformação e bens de consumo duráveis, indústrias químicas, fina e de base, indústria de papel e celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços de saúde.

- Quanto à adaptação, aquelas ações estratégicas relacionadas às áreas identificadas como as mais vulneráveis, com recursos reembolsáveis, a saber, elaboração da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas e aos seus efeitos, áreas susceptíveis à desertificação, incluindo o combate à seca e uso responsável dos recursos hídricos, zona costeira, sistemas de prevenção e alerta de desastres naturais.

### 3 APOIO A PROJETOS

Estão em execução atualmente no Fundo Clima projetos financiados com recursos não reembolsáveis do orçamento de 2011 e do orçamento de 2012. Os projetos de 2011, que ainda estão em execução, já receberam os recursos, mas não foram concluídos, sendo que alguns deles receberam recursos também em 2012, já previstos nos respectivos cronogramas de desembolso quando aprovados em 2011.

Ainda não há projetos sendo executados com os recursos reembolsáveis. A parcela referente ao ano de 2011 ficou aplicada e seu rendimento ao longo do ano pode ser observado na tabela abaixo, com valores de 31 de dezembro de 2012.

#### ATIVO

##### DISPONIBILIDADES

|                             |                |
|-----------------------------|----------------|
| Intercompany Fundos / BNDES | 217.163.164,67 |
|-----------------------------|----------------|

#### ATIVO TOTAL

**217.163.164,67**

#### PASSIVO

##### RECURSOS TRANSFERIDOS DO MMA

|                                       |                |
|---------------------------------------|----------------|
| Capital Integral Recursos Entid. Gov. | 200.000.000,00 |
|---------------------------------------|----------------|

##### LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

###### EXERCÍCIOS ANTERIORES

|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
| Lucros / Prej. Fundos Exerc. Ant. | 326.757,80 |
|-----------------------------------|------------|

##### RESULTADO DO EXERCÍCIO

16.836.406,87

#### PASSIVO TOTAL

**217.163.164,67**

Ao final do exercício 2012, foi assinado um aditivo ao contrato para transferir novos recursos reembolsáveis ao agente financeiro. Dada a mudança de procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 7.793, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre a contratação de serviços de agentes financeiros pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, houve a necessidade de submissão ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A manifestação destes ministérios ocorreu na primeira quinzena de dezembro de 2012, oportunidade em que o termo aditivo ao contrato foi assinado. Posteriormente, a liberação pela Secretaria do Tesouro Nacional ocorreu em 28 de dezembro de 2012 e, por isso, os recursos reembolsá-

veis foram inscritos em restos a pagar para 2012 e transferidos em 1º de fevereiro de 2013.

Estão especificados, a seguir, os recursos aplicados e os projetos contratados, referentes aos recursos não reembolsáveis.

### **3.1. Recursos Não Reembolsáveis Aplicados em 2012**

O Fundo Clima obteve, em relação aos recursos não reembolsáveis disponíveis em 2012, uma execução orçamentária da ordem de 99,47% (noventa e nove ponto quarenta e sete por cento).

Em 2012, foram repassados recursos diretamente para 15 (quinze) projetos, dos quais 8 (oito) foram descentralizações de créditos a órgãos do Governo Federal, 6 (seis) foram convênios com Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos e 1 (um) foi celebrado por meio de contrato administrativo. Ressalte-se, entretanto, que a parceria com o Serviço Florestal Brasileiro, como citado anteriormente, proporcionou um ganho de escala ao apoiar 62 (sessenta e dois) projetos na região semiárida.

Os quadros abaixo apresentam os projetos que receberam recursos do orçamento 2012 por modalidade de instrumento de transferência:

a) Por meio de convênio:

| <b>PROCESSO</b>      | <b>INSTITUIÇÃO EXECUTORA/ PROPONENTE</b>                                     | <b>VALOR REPASSADO EM 2012</b> |
|----------------------|--|--------------------------------|
| 02000.001963/2011-17 | Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico - PI                               | R\$ 207.500,00                 |
| 02000.001960/2011-83 | Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Araripe                           | R\$ 357.848,00                 |
| 02000.001972/2011-16 | Fundação Centro de Ecologia e Integração Social                              | R\$ 295.200,00                 |
| 02000.001966/2011-51 | Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado                           | R\$ 313.068,80                 |
| 02000.001968/2011-40 | Associação de Desenvolvimento de Produtos da Sócio-Biodiversidade - Fitovida | R\$ 282.809,00                 |
| 02000.002119/2011-11 | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe         | R\$ 1.063.400,00               |

|              |                     |
|--------------|---------------------|
| <b>TOTAL</b> | <b>2.519.825,80</b> |
|--------------|---------------------|

Dos convênios listados acima, dois são novos projetos de 2012 e quatro são segundas parcelas de projetos de 2011. Os convênios firmados com a Fundação Centro de Ecologia e Integração Social e com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado estavam em lista de espera das seleções de 2011 e foram contemplados em 2012. Os demais projetos receberam recursos previamente programados para 2012, embora tenham sido contratados em 2011.

b) Por meio de descentralização de crédito:

| PROCESSO             | INSTITUIÇÃO EXECUTORA/ PROPONENTE                        | VALOR REPASSADO EM 2012 |
|----------------------|--|-------------------------|
| 02000.002565/2012-07 | Departamento de Combate à Desertificação - MMA           | R\$ 500.000,00          |
| 02000.002114/2012-61 | Serviço Florestal Brasileiro                             | R\$ 2.400.000,00        |
| 02000.001660/2012-85 | Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas                 | R\$ 199.421,79          |
| 02000.002205/2012-05 | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  | R\$ 1.499.100,00        |
| 02000.001915/2011-29 | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação             | R\$ 8.773.550,00        |
| 02000.002220/2011-64 | Embrapa Meio Ambiente                                    | R\$ 2.000.000,00        |
| 02000.001981/2011-07 | Universidade Federal de Pernambuco                       | R\$ 194.029,26          |
| 02000.002068/2011-10 | Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural - MMA | R\$ 9.000.000,00        |
| <b>TOTAL</b>         |  | <b>24.566.101,05</b>    |

Foram realizadas 8 (oito) descentralizações de crédito com recursos do orçamento 2012. Dentre elas, os recursos referentes à Universidade Federal de Pernambuco e parte dos recursos destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação dizem respeito a projetos selecionados em 2011 e novamente aprovados em 2012. Acresça a isso um novo módulo ao projeto do MCTI destinado ao monitoramento de desastres naturais oriundos da seca.

As demais descentralizações referem-se a linhas de projetos aprovados para 2012. Na modalidade dirigida, foram descentralizados recursos para projetos com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, a Embrapa Meio Ambiente, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade por se tratarem de órgãos e instituições responsáveis por ações estruturantes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, tais como dis-

seminação de conhecimento, monitoramento, cadastro ambiental rural e mapeamento de vulnerabilidades.

Na modalidade livre concorrência, o Serviço Florestal Brasileiro e o Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural receberam recursos de descentralização para realizarem chamadas públicas e editais para contratar projetos. O termo de referência do Serviço Florestal Brasileiro foi desenvolvido juntamente com a gerência do Fundo Clima e previamente aprovado pelo Comitê Gestor em 2012. O termo de referência do Departamento de Combate à Desertificação deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor em 2013 e selecionar, no exercício, até 5 (cinco) projetos.

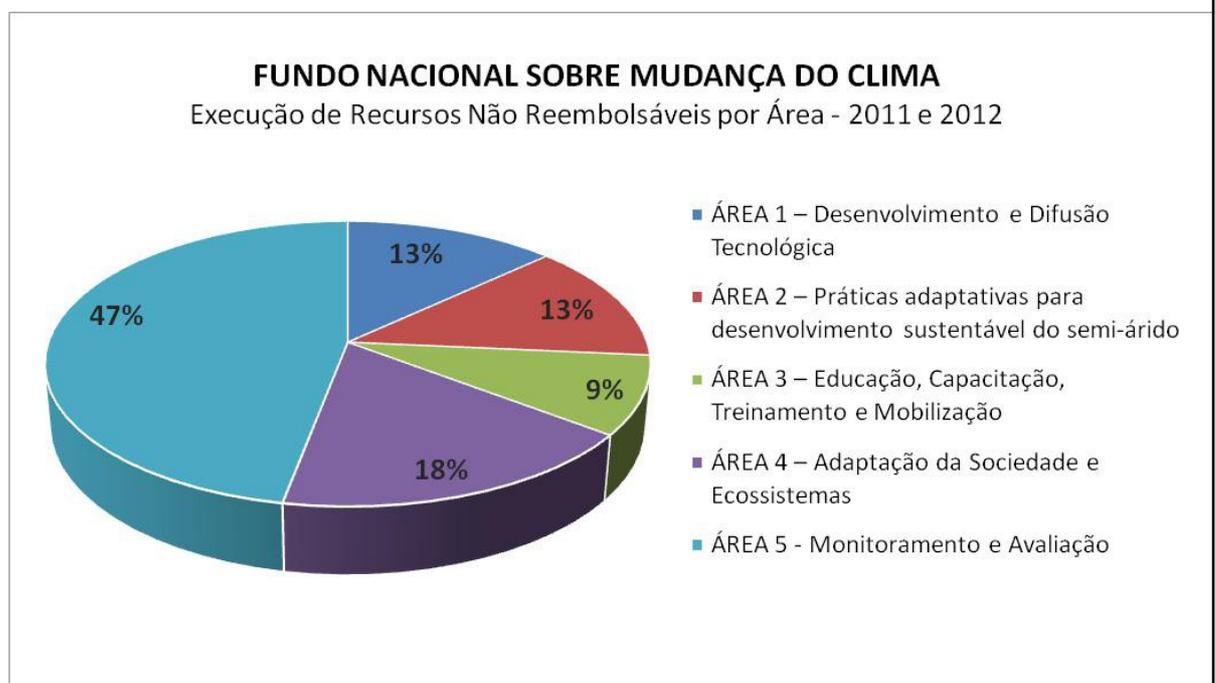
c) Por meio de contrato:

| PROCESSO             | INSTITUIÇÃO EXECUTORA/ PROPONENTE | VALOR REPASSADO EM 2012 |
|----------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| 02000.001975/2011-41 | Fundação Getúlio Vargas           | R\$ 1.864.000,00        |
| <b>TOTAL</b>         |                                   | <b>1.864.000,00</b>     |

No ano de 2012, ocorreu uma contratação de projeto na modalidade contrato administrativo com a Fundação Getúlio Vargas. Entretanto, tal contratação foi precedida, no ano de 2011, de edital para seleção de projetos em que o primeiro colocado foi chamado a detalhar a proposta e apresentar a documentação específica. Uma vez realizado o processo seletivo, a Assessoria de Controle Interno e a Consultoria Jurídica do MMA julgaram conveniente a realização de um contrato por dispensa de licitação uma vez que o objeto da seleção não era passível de convênio ou outro instrumento assemelhado. Nesse sentido, o Comitê Gestor aprovou para o PAAR 2012 a previsão de orçamento para a realização do projeto previamente selecionado.

### 3.2. Projetos existentes

No gráfico a seguir, observa-se a execução dos recursos não reembolsáveis por área de ação em 2011 e 2012.



Pode-se constatar que a Área 5 – Monitoramento e Avaliação recebeu 47% dos recursos não reembolsáveis. Esta área concentra a maioria dos projetos estruturantes para a Política Nacional sobre Mudança do Clima, tais como estabelecimento de um sistema nacional de monitoramento de desastres naturais, incluindo-se um módulo para monitoramento de secas, um sistema de monitoramento de emissões de gases do efeito estufa para florestas e agricultura, bem como a aquisição de imagens de satélite para monitorar o desmatamento.

Em relação ao número de projetos, a Área 2 apoiou a maior quantidade, em razão de uma parceria feita com o Serviço Florestal Brasileiro para projetos de recuperação, capacitação e manejo na caatinga. Em operação conjunta entre Fundo Florestal e Fundo Clima, foram realizadas 6 chamadas públicas, que possibilitaram a contratação de 62 projetos na região da Caatinga por meio de pregão eletrônico.

Todos os projetos apoiados com recursos não reembolsáveis do Fundo Clima possuem um resumo sobre a instituição executora, abrangência geográfica, beneficiários e parceiros, seus objetivos e indicadores propostos, bem como sua relação com as mudanças climáticas.

Os projetos contratados em 2011 podem ser acessados pelo endereço:

[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio\\_a\\_projetos/fundo\\_clima/projetos\\_2011%20-%20atualizado.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio_a_projetos/fundo_clima/projetos_2011%20-%20atualizado.pdf)

Os projetos contratados em 2012 podem ser acessados pelo endereço:

[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio\\_a\\_projetos/fundo\\_clima/projetos\\_2012%20-%20atualizado.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio_a_projetos/fundo_clima/projetos_2012%20-%20atualizado.pdf)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o aspecto da execução orçamentária, o Fundo Clima executou 99,36% (noventa e nove e trinta e seis por cento) do seu recurso total disponível em 2012 para projetos reembolsáveis e não reembolsáveis. Considerando as disponibilidades orçamentárias e a estrutura de recursos físicos e humanos, o percentual de execução é extremamente significativo para os padrões vigentes.

Se considerado o desempenho, por meio da relação execução de projetos e recursos orçamentários por funcionário disponível, os dados também são expressivos.

Tomando-se o total de funcionários durante o ano de 2012, sem considerar saídas e entradas, nem o perfil do funcionário (se técnico ou administrativo), a saber 12 (doze), e o número de projetos contratados, houve uma relação de 6 (seis) projetos contratados por funcionário.

Considerando o mesmo total de funcionários para 2012 e o montante de recursos executados, houve uma execução total de R\$ 32,5 milhões de reais per capita. Excluindo-se os recursos reembolsáveis transferidos ao BNDES, que também envolvem atividades de grande monta dos servidores do Fundo, tais como negociações, elaboração de minutas de contratos e aditivos, análise técnica, emissão de documentos, acompanhamento das tramitações, monitoramento e relatórios entre outros, houve uma execução de R\$2,5 milhões de reais por funcionário.

Além disso, considerando-se o custo de manutenção do Fundo (95% dos custos totais são salários) e os recursos executados, as proporções são as seguintes: para cada R\$1 gasto, foram executados, em 2012, R\$348,00 do orçamento para projetos, dos quais R\$322,00 de recursos reembolsáveis e R\$26,00 para não reembolsáveis. Isso significa que, em termos de recursos não reembolsáveis, que consiste em 80%

(oitenta por cento) do tempo gasto nas atividades da Gerência do Fundo, são investidos em projetos vinte e seis vezes mais do custo do Fundo.

Dentre os principais desafios propostos em 2011 para serem enfrentados em 2012, a evolução foi a seguinte:

- A Gerência conseguiu dar início ao Planejamento das atividades gerais do Fundo, em parceria com a Agência de Cooperação Técnica Alemã – GIZ.
- Para além da execução dos projetos, teve início um processo de desenvolvimento e implantação de indicadores de resultado dos projetos, passíveis de verificação objetiva, a fim de aferir o desenvolvimento do próprio Fundo.
- Os projetos contratados passaram a ser acompanhados em sua execução e monitorados, com designação de fiscais para os convênios e contratos e de monitores para os Termos de Cooperação.
- As parcerias institucionais para ganho de escala dos projetos foram ampliadas e institucionalizadas, sobretudo com o Serviço Florestal Brasileiro, com o Departamento de Combate à Desertificação e com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, que passaram a produzir insumos para a seleção e acompanhamento dos projetos, com supervisão da Gerência do Fundo e do Comitê Gestor.
- As instituições executoras de projetos foram capacitadas na prestação de contas, principalmente por meio dos convênios. Em relação à capacitação de público-alvo de proponentes para que projetos a serem apresentados, isso ocorreu por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente porque não houve lançamento próprio de editais de livre concorrência no exercício 2012 por parte do Fundo Clima.

Dentre os principais prioridades e desafios a serem enfrentados em 2013, devem ser considerados:

- a necessidade de iniciar a rediscussão sobre as diretrizes bienais para 2013 e 2014;
- a proposição, validação e sistematização de indicadores de resultado dos projetos apoiados e de impacto agregado;
- o aprofundamento do planejamento organizacional da Gerência, com estabelecimento de projetos específicos voltados às atividades operacionais.

## **EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

Marcos Estevan Del Prette – Gerente

Délio Noel Gomes de Carvalho – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Sergio Ferreira Cortizo – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (até outubro)

Eli Siqueira Alves – Técnico Especialista

Valesk Rebouças – Técnico Especialista (até novembro)

Vinicius Nogueira de Proença – Agente

Nise Maria Silva Pereira – Secretária (a partir de maio)

Roberto Cesar Gonçalves – Agente Administrativo (a partir de julho)

Carmen Tavares Collares Moreira - Analista Ambiental (a partir de janeiro)

Luiza Curcio Pizzutti – Analista Ambiental (a partir de julho)

Juliana Sabino Rodrigues – Analista ambiental (a partir de novembro)